

# Seção Temática

**Literaturas em português no século XXI:  
entre a história e a ficção**

## Lusofonia - história ou conveniência?\*

Mia Couto\*\*

O tema que me foi sugerido se apresentou na forma de pergunta - a Lusofonia é fruto da História ou uma simples conveniência de momento? Esta comunicação foi construída em função da minha incontornável dificuldade em responder a esta questão. Digo, de brincadeira: sei responder a tudo, menos a perguntas.

Nas zonas rurais onde trabalho como biólogo, existe uma curiosa maneira de responder às perguntas. Principalmente, a questões que pedem a dicotomia do sim ou do não. Responde-se sempre sim. Existe uma enorme resistência ao “não”. Acredita-se que o não simplesmente não se diz.

Esta forma tão oriental de retórica (ou da ausência de retórica) resulta do facto<sup>1</sup> daquela África ser já Oriente. Essa forma educada de não negar cria, evidentemente, problemas aos que necessitam de respostas claras e concisas. É o meu caso quando por vezes chego a uma zona litoral e necessito de saber em que fase se encontra a maré. À minha pergunta:

— A maré está a subir?

A resposta pode ser: — *Está a subir, sim senhor, mas já começou a descer há uma bora atrás.*

Ou por exemplo, se eu avanço um prognóstico meteorológico do tipo: *amanhã vai chover!*

O camponês pode bem responder: — *Vai chover sim senhor, mas a chuva, essa, só vai começar a cair na próxima semana.*

Aconteceu-me, por exemplo em Niassa, quando eu, incumbido dessa estranha missão de classificar a fauna, perguntei a um velho:

— *Como se chama esse pássaro que está a cantar junto ao rio?*

E ele me respondeu:

---

\* Palestra de Mia Couto, proferida na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 1999, quando da realização do V Seminário Internacional de Literaturas Luso-Afro-Brasileiras: Brasil 500 anos – Identidade e Alteridade nas Literaturas Lusófonas. Inserido em volume apenas impresso da *Litterata*, no ano seguinte, entendemos que este texto do reconhecido autor moçambicano deveria ser amplamente divulgado pelas contribuições que traz aos debates em torno do termo polémico que é a lusofonia. Assim, considerando a temática geral deste volume, passados vinte anos da publicação original dessa fala de Mia Couto, a sua reedição é um presente para todos nós.

\*\* António Emílio Leite Couto, mais conhecido por Mia Couto, nasceu em 5 de Julho de 1955 na cidade da Beira em Moçambique. Atualmente é o autor moçambicano mais traduzido e divulgado no exterior e um dos autores estrangeiros mais vendidos em Portugal. As suas obras são traduzidas e publicadas em 24 países e várias têm sido adaptadas ao teatro e cinema. Tem recebido vários prêmios nacionais e internacionais, por vários dos seus livros e pelo conjunto da sua obra literária, destacando-se, em 2013, o Prémio Camões e, em 2014, o Prémio Internacional Literatura *Neustadt*, da Universidade de Oklahomade. Seu romance *Terra sonâmbula* foi considerado um dos dez melhores livros africanos do século XX. [Dados disponíveis em: <https://www.miacouto.org/biografia-bibliografia-e-premiacoes/>].

<sup>1</sup> Mantivemos a grafia original do texto.

— Este pássaro nós aqui no Niassa não chamamos bem-bem pássaro - chamamos sapo.

Chamo toda esta introdução para dizer das minhas reservas em responder de forma clara a esta pergunta bem clara – a Lusofonia é história ou conveniência? E aprendendo da sabedoria popular do meu país, eu poderia responder simplesmente assim:

— É sim senhor!

Na realidade, as duas coisas são verdadeiras. E, para explicar isto eu devo falar um pouco mais sobre o meu país e a sua relação com língua portuguesa.

Chegados à Independência Nacional, em Junho de 1975, mais de 60 por cento dos moçambicanos não falava português. Vinte e cinco anos depois, esse número de não falantes reduziu para 45 por cento (não disponho de dados rigorosos). Mesmo os que falam português falam-no geralmente como segunda língua. Apenas cerca de 5 por cento dos moçambicanos têm o português como língua materna.

Se entendermos Moçambique como um mosaico de nações, o Português é a língua de uma pequena nação dentro de Moçambique – a nação dos negros assimilados, mestiços, indianos e brancos. Esse grupo é minoritário, mas ocupa lugares chave na definição da política e na definição daquilo que se entende por moçambicanidade. Esse é o Moçambique que está ligado à lusofonia.

Trata-se de um terreno complexo e contraditório porque, por um lado, a língua portuguesa era inicialmente a língua do Outro e hoje é um dos pilares da demarcação daquilo que nos é próprio. Estamos, no português, criando o nosso próprio território identitário.

*O português moçambicano* - ou ainda, nesta altura, *o português em Moçambique* - é ele próprio um lugar de conflitos. Nesta comunicação eu pretendo apenas ressaltar alguns factores que contribuem para a ambiguidade e conflitualidade do lugar desse idioma que foi erguido como língua oficial de Moçambique.

Durante o presente século, a política portuguesa em África foi orientada no sentido de fabricar uma camada - os assimilados - capaz de gerir a máquina colonial mesmo depois do colonialismo. Os candidatos a assimilados deviam virar costas a sua religião, abdicar da sua cultura, romper com as suas raízes. Uma das fronteiras entre “civilizados” e “não-civilizados” passava pelo domínio da língua do colonizador. O colonialismo português aceitava conceder o estatuto de cidadão a estes portugueses de pele preta, na esperança de que estes viessem a se tornar os futuros reprodutores e gestores da instituição colonial. Estava-se forjando, afinal, a ordem colonial de hoje - um colonialismo que se indigenizou, um colonialismo que dispensa colonos.

Ironicamente, foi esta mesma camada dos chamados “assimilados” que esteve na origem do movimento nacionalista. Porque estes aspirantes a “portugueses de pele preta” continuavam sendo excluídos por razão da sua raça.

Um dos grandes criadores da Frente de Libertação de Moçambique, no início da década de 60, foi Eduardo Chivambo Mondlane. Em 1961, Eduardo Mondlane regressa a Moçambique como funcionário das Nações Unidas. Mondlane estudara nos Estados Unidos da América e ali se doutorara como antropólogo. Enquanto membro de uma missão da ONU, Eduardo Mondlane não podia ver interdita a sua entrada no país. Mas o regime não deixou de controlar por um só instante as actividades deste homem. O regime colonial instruíra a sua polícia política – a temível PIDE – a vigiar aquele que se suspeitava vir a ser um dos futuros dirigentes do movimento revolucionário.

O povo em Moçambique olhava Mondlane como um Messias e esperava a sua palavra. Estava marcado um comício nos subúrbios da capital e naquela noite se aglomeraram milhares de pessoas para escutar a mensagem libertadora daquele que parecia destinado a liderar o processo independentista. Mondlane deveria falar numa varanda de um velho edifício que se abria para a praça repleta de gente. Quando se dirigia para o varandim, policiais o chamaram à parte e lhe disseram: não pode falar de política, não pode falar de pobreza, não deve referir o povo de Moçambique nem o que se passa em África. A lista das interdições era tão extensa e rigorosa, que pouco ou nada restava para ser dito.

Mondlane, mesmo assim, se encaminhou para a varanda e contou a seguinte história: Certa vez um caminhante foi recebido por uma família rural que lhe ofereceu abrigo e repouso antes de prosseguir viagem. Ao fim da tarde, o anfitrião conduziu o viajante ao quintal e mostrou a criação na sua capoeira. Entre as galinhas, havia, estranhamente, uma águia. Perdera o seu porte real, anichada (ou agalinhada) num canto, piando como galinha e debicando alguns grãos de milho no chão. O viajante ficou impressionado com a visão daquela ave tão nobre, ali despersonalizada como se fosse apenas uma entre muitas galinhas.

— *Ela crê ser uma galinha*, explicou o dono da casa.

De noite, o viajante não tomou sono, assaltado por aquela impressão que lhe causara a visita ao galinheiro. E madrugada, muito cedo, já ele entrava na capoeira e pegando na águia a conduziu para o descampado. Lançou a ave nos ares enquanto gritava:

— *Voa, tu és uma águia*.

E a ave, sem jeito, se despenhava no chão. Repetiu a tentativa várias vezes. Sem resultado. Até que foi parar a um desfiladeiro. Então, segurando o pássaro num braço, se abeirou do abismo e

lhe repetiu — *tu és uma águia*. E de um sacão lançou o bicho no vazio do precipício. Então, a águia iniciou um esplendoroso voo e venceu as alturas, cruzando o horizonte para além de si mesma.

Relembro esta história, primeiro, para ilustrar o poder de evocação da pequena história. Para mostrar como a fábula pode iludir todo um sistema de repressão. Depois, o que deve ser retido é que para Mondlane o mais simples teria sido falar em inglês. Ele tinha feito todos seus estudos em inglês. Mas ele não tinha opção - para ser entendido, ele necessitava exprimir-se em português. Naquele momento, se confirmava a opção que, um ano mais tarde, se confirmava no Primeiro Congresso da Frente de Libertação de Moçambique: o idioma português seria adoptado como língua oficial. De instrumento de colonização, a língua luta passaria a ser uma arma na emancipação anti-colonial.

A FRELIMO não tinha outra alternativa perante a diversidade linguística do país - mais de vinte diferentes línguas compõem o mosaico étnico do país.

De então para cá, começa uma enorme batalha para enraizar o português e generalizar o seu uso. Todos os órgãos de informação usam o português (com excepção de emissores provinciais de rádio), todos os centros escolares ensinam em português, e quase todo discurso oficial é veiculado em português. De tal modo o uso do português é hegemónico e exclusivo, que começaram já a surgir preocupações sobre o destino das línguas moçambicanas de raiz bantu.

Hoje a língua portuguesa não é apenas língua oficial, mas também língua de cultura de um segmento político e socialmente importante de moçambicanos. Os que exercem o poder, os que possuem formação académica e aqueles que escrevem literatura fazem-no em português não apenas por razões funcionais, mas porque - em grande parte dos casos - só são capazes de conceber e comunicar nessa língua. O português é a língua dessa minoria que sonha e pensa o projecto de nação, essa minoria que fabrica mestiçagem e que está em troca com o mundo.

Mas este instrumento linguístico nem por isso perdeu a dupla face que a História incutiu nele - veículo de valores e conceitos da cidadania, modernidade e da própria moçambicanidade, mas, também, factor de exclusão para uma significativa maioria. Os assimilados que se apropriaram da língua do Outro e a tomaram como sua vivem, eles próprios, numa condição de ambivalência profunda entre dois universos culturais. Em muitos casos, eles são africanos com medo de África (ou pelo menos daqueles mitos que os europeus construíram para inventar a identidade africana). Vivem nessa duplicidade de querer ser como os outros, mas têm medo de ficar parecidos com eles. Necessitam empreender a viagem de reconciliação consigo mesmos.

Desta soma de ambiguidades resulta uma política cheia de zigue-zagues, avanços e recuos. Apesar de ter elegido o português como língua, Moçambique tem manifestado alguma relutância

em abraçar, sem condições, a causa da lusofonia. Os primeiros pequenos confrontos nasceram quando foi necessário baptizar a comunidade dos países africanos que haviam adotado o português. Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau haviam aceite a nomeação de Países Africanos de Expressão Portuguesa. Moçambique opôs-se e contra-propôs um outro nome: Países Africanos de Língua Oficial em Português (daí resulta essa horrorosa sigla dos PALOPS).

Certos sectores da política portuguesa entraram em pânico com a decisão de Moçambique à Commonwealth. O que se passava? Os moçambicanos haviam traído a sua fidelidade ao idioma luso? Ou seria uma reacção excessiva por parte desse sentimento de perda de um antigo império que se manifestava na síndrome do marido traído que, não reconhecendo autonomia e maioridade na ex-mulher, sempre se pergunta: com quem ela anda agora? Na aparência, Moçambique não havia feito mudança alguma na sua política linguística e o português não havia sido derrubado da sua condição de única língua oficial. Fala-se hoje mais português em Moçambique do que se falava na altura da Independência. O novo governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa do que os 500 anos de colonização.

Para acrescentar aos factores de ambiguidade, eu devo fazer rápida referência à própria noção de ambiguidade. Na intervenção desta manhã, a professora Isabel Allegro de Magalhães perguntava por que motivo a literatura portuguesa não fez figurar o Outro, o africano como personagem das suas narrativas.

Eu recordei-me do seguinte: num inquérito que foi feito a cidadãos portugueses residindo fora de Portugal, foi colocado o seguinte desafio - que cada um deles escolhesse uma individualidade que simbolizasse a portugalidade. Em terceiro lugar dessa lista de eleitos aparecia Eusébio. Estranho. O futebolista de fama internacional tinha levado o nome de Portugal além das fronteiras lusas, é verdade. Mas, ele é negro, moçambicano. A figura do moçambicano foi sendo sujeito a um processo de lavagem. Para ser consagrado como português, Eusébio teve que ser reduzido a um simples jogador de futebol. Todo o resto da sua identidade, a sua origem, a sua história, tudo isso é apagado. A lógica é esta – tu és visível se abdicares da tua alteridade.

Regresso, por fim, à questão inicial desta comunicação - a lusofonia tem história ou é uma conveniência? E verifico que tem história ou é uma conveniência? E verifico que tem sentido a resposta de dupla face que seria que seria fornecida por um camponês do interior de Moçambique. Porque ambas as coisas são verdade. Mas não será essa a pergunta que mais nos interessa. Enquanto moçambicanos, interessa-nos verificar o quanto futuro pode ser carregado a partir desse conceito. Quanto a língua portuguesa é um instrumento de defesa e consolidação dos nossos próprios

interesses. A lusofonia é um assunto que nos caberá interrogar não apenas na relação de Moçambique com os outros, mas no relacionamento interno entre moçambicanos. Essa é a melhor opção para construir e reforçar a unidade nacional e construir a moçambicanidade? Até aqui a resposta parece ser sim. E sem muita dúvida.

O que divide os moçambicanos não são questões étnicas. Nem linguísticas. O que nos divide é essa mesma linha (edificada no tempo colonial) que coloca de um lado aqueles que são a população e, do outro, os cidadãos. Os pobres de um lado e os ricos do outro. Aqueles que têm crenças de um lado e, do outro, aqueles que têm religião. De um lado os que têm apenas rituais e, do outro, aqueles que têm cultura. De um lado, os que fazem artesanato e, do outro, aqueles que produzem arte. Enfim, e em modo muito parecido com o que fizera o colonialismo (mas agora já menos desracializado), de um lado os selvagens e, do outro, os civilizados.

Mas eu quero terminar saudando a língua portuguesa pela maneira como tem sido capaz de incorporar a contribuição de outros povos e outras culturas tão diversas. Esse dinâmica, essa plasticidade é um material precioso para quem trabalha na escrita. E lembro-me que, certa vez, fui criticado na imprensa por certa opinião que acha que nós moçambicanos, ao invés de mostrarmos irreverência criativa, devíamos mostrar que falávamos “bem” o português. Eu respondi com uma crónica, da qual irei ler apenas um extracto para fechar a minha fala:

...devíamos importar um produto que lavasse a língua de sujidades e impurezas. Pegava-se no idioma, lavava-se bem, desinfectava-se. Depois, para não apodrecer, guardava-se no gelo, frigorificado. Porque isso de falar ou escrever tem de ser dentro das margens. Como um rio manso e leve, tão educado que não acorde poeiras do fundo. Um rio que passe com essa eterna transparência que, verdade autografada, só a morte possui. Seja então a pureza pela morte trazida e por ela conservada.

Muito obrigado.

Sim, as duas coisas.